

Sequelas de uma união precipitada

Por **Martin Wolf**

Valor Econômico, 20.6.2012

Há tempo disponível para impor novas regras e procedimentos, tendo em vista os imensos desequilíbrios internos? Além disso, será que a Alemanha tem alguma flexibilidade sobre suas posições que são, em parte prudenciais, em parte constitucionais e em parte morais?

"Casamento apressado; arrependimento demorado". Cheios de ardor impetuoso, os parceiros da Alemanha seduziram - alguns poderiam dizer chantagearam - a economia mais poderosa do continente e a convenceram a sacrificar sua independência monetária há 20 anos. Porém, como observou o príncipe do livro "O Leopardo", de Giuseppe di Lampedusa, sobre sua própria união indissolúvel: "Fogo e chamas por um ano; cinzas por 30". Agora, chegou a hora das cinzas para a região do euro.

Os chefes de governo do G-20 que não são da região do euro devem estar se sentindo como conselheiros matrimoniais, tentando reconciliar cônjuges cujas personalidades e valores são diferentes demais para viverem felizes juntos. Empréstimos imprudentes anteriores a 2007 agravaram os perigos. As imprudências, amplificadas pela noção de que o casamento tornava a todos iguais, tornaram a crise ainda pior.

Aqueles cujas captações lhes permitiram um padrão de vida superior ao que poderiam arcar, agora estão sendo obrigados a aceitar um mergulho rumo à pobreza. Não é de surpreender que se sintam ressentidos com a mudança.

Os gregos, os mais descontentes entre todos, aparentemente escolheram um governo de partidos ligeiramente menos insatisfeitos do que os demais com os programas acertados para o país. Antonis Samaras foi um oponente oportunista da austeridade quando na oposição, embora seu partido, o Nova Democracia, tenha responsabilidade total pela má administração pré-crise. Há muitos problemas ainda à frente: Alexis Tsiparas, do partido de extrema esquerda Syriza, teve 27% dos votos. Ele se mostrará mais do que satisfeito em explorar a crescente ira pública.

A Espanha espera pelo pacote de socorro financeiro de €100 bilhões para seus bancos, embora infelizmente se trate de um programa que beneficia os credores das instituições bancárias à custa da capacidade creditícia do governo. Pelos juros atuais, é apenas uma questão de tempo até a Espanha solicitar um resgate fiscal. Isso exauriria os recursos disponíveis da região do euro. Também traria o risco de transformar um país ativo em um dependente, o que poderia ter resultados assustadores para a estabilidade.

O déficit fiscal da Itália é bem menor que o da Espanha, mas seu problema de rolagem é maior. De acordo com o relatório "Monitor Fiscal", do Fundo Monetário Internacional (FMI), a Itália precisa de novos financiamentos equivalentes a 28,7% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, bem superior aos 20,9% da Espanha. Além disso, é um enigma o que se seguirá ao governo de Mario Monti, programado para deixar o cargo em 2013.

A isso, deve somar-se a divergência de opiniões entre França e Alemanha sobre política econômica. A vitória parlamentar de François Hollande intensificará o estresse. O debate por vir sobre o que significa estratégia de crescimento, embora necessário, corre o risco de tornar-se bastante acalorado.

Por que, então, alguém pode imaginar que um casamento tão complicado como esse pode durar? Uma resposta é porque a maioria dos cidadãos da região do euro quer assim. A mais forte, no entanto, é porque as pessoas estão (corretamente) aterrorizadas com as consequências de um desmembramento. À medida que o tempo passa, as finanças tornam-se mais domésticas. As economias, contudo, estão altamente integradas. Além disso, a União Europeia (UE) de hoje foi construída em torno do euro. Não se pode presumir que a integração sobreviveria a um desmembramento. Representaria, certamente, uma violação dos compromissos acertados em tratados.

O casamento pode ter sido tolo, mas o divórcio seria assustador. É com esse pano de fundo que precisamos avaliar as opiniões do parceiro dominante: a Alemanha. De acordo com uma tradução que recebi da embaixada alemã, Angela Merkel, a cautelosa primeira-ministra da Alemanha, disse ao Bundestag, Parlamento alemão, na semana passada que ela desejaria dizer a "todos os que [...] estão empenhados em persuadir a Alemanha de que precisamos de eurobônus, fundos de estabilidade, um esquema de garantia de depósitos europeus, vários bilhões adicionais e muito mais: sim, a Alemanha é forte". Também acrescentou: "Estamos convencidos de que a Europa é nosso destino e nosso futuro [...] Mas também temos consciência de que a força da Alemanha não é infinita". Ainda mais: "Além do fato de que essas propostas aparentemente simples [...] são inviáveis em termos constitucionais, elas são completamente contraproducentes. Elas tornariam a mediocridade parâmetro para a Europa. Seríamos, portanto, forçados a abandonar nosso objetivo de manter a prosperidade diante da concorrência internacional."

A isso tudo, ela agregou: "O pacto fiscal é o primeiro passo em direção a combinar uma maior unidade com um maior controle no plano europeu. E será vital que apenas se abdique dos poderes nacionais quando estiver claro que isso envolverá uma supervisão independente das instituições europeias". Ela expôs três pontos: primeiro, a Alemanha não tem intenção de despejar mais dinheiro; segundo, todos na região do euro precisam se tornar uma Alemanha; terceiro, a Alemanha poderia aceitar mais perdas de soberania nacional quando, e apenas quando, houver regras fortes e controles confiáveis no plano europeu.

Esses posicionamentos levantam grandes questões: Há tempo disponível para impor essas novas regras e procedimentos, tendo em vista os imensos desequilíbrios internos, amplas diferenças de competitividade e profundas pressões fiscais? Além disso, será que a Alemanha tem alguma flexibilidade sobre suas posições que são, em parte prudenciais, em parte constitucionais e em parte morais? Meu palpite para a resposta a essas questões é que não.

Quaisquer que sejam as respostas, no entanto, é evidente que a abordagem alemã promete continuidade nas políticas de forte austeridade nos países vulneráveis e, com toda probabilidade, no crescimento medíocre na região do euro. Isso, por sua vez, assegura a recorrência de crises econômicas e políticas, mesmo se a região do euro sobreviver. Se os conselheiros matrimoniais se

perguntarem por que há disposição em suportar tudo isso, a resposta é clara: desta vez, a Alemanha quer assegurar o comportamento que gostaria de ver em seus parceiros.

Consigo contemplar cinco resultados: primeiro, um casamento feliz, sob os termos da Alemanha, embora após doloroso período de ajustes; segundo, um casamento miserável, que sobreviverá porque uma separação seria custosa demais; terceiro, chegar a certo grau de acomodação mútua, em que o norte se torne mais sulino e o sul, mais nortenho; quarto, uma separação parcial, com os membros restantes entrando em uma das três alternativas anteriores; e, por fim, uma separação total. É certo que a Alemanha não conseguirá uma região do euro como a que deseja com tanta facilidade ou rapidez. Caso se consiga evitar uma separação parcial ou total, o período de dificuldades será longo e doloroso. A crise da região do euro provavelmente vai ser uma longa novela - caso não acabe em tragédia.